

GRUPO DE ESTUDOS TRIBUTÁRIOS DO DEPARTAMENTO JURÍDICO FIESP/CIESP

**“Os programas de participação dos
trabalhadores nos lucros ou
resultados na empresa em face das
contribuições previdenciárias ”**

São Paulo (SP), 26 de setembro de 2013

Apresentação: Elias Freire

Arrecadação Federal

Tributos Arrecadados	Fev/10 a Jan/11 (a)	Fev/11 a Jan/12 (b)	Variação % (b)/(a)	Part (%) Fev/10 a Jan/11	Part (%) Fev/11 a Jan/12
Consumo	280.533	317.243	13,09	34,82	33,44
Imposto sobre Importação	21.557	27.194	26,15	2,68	2,87
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) - Total	41.095	47.519	15,63	5,10	5,01
Cofins – Contribuição para Seguridade Social	141.838	159.185	12,23	17,61	16,78
Contribuição para o Pis/Pasep	41.142	42.214	2,61	5,11	4,45
CIDE-Combustíveis	7.775	8.613	10,77	0,97	0,91
IOF – Imposto sobre Operações Financeiras	27.010	32.370	19,84	3,35	3,41
CPMF- Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira	115	149	29,19	0,01	0,02
Renda	262.969	311.586	18,49	32,64	32,84
Imposto sobre a Renda (IR) Total	215.352	252.575	17,28	26,73	26,62
Imposto Renda-Pessoa Física	17.593	22.155	25,93	2,18	2,34
Imposto Renda-Pessoa Jurídica	93.143	105.943	13,74	11,56	11,17
Imposto Renda-Retido na Fonte	104.616	124.477	18,98	12,99	13,12
CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	47.617	59.012	23,93	5,91	6,22
Patrimônio	528	610	15,55	0,07	0,06
ITR - Imposto Territorial Rural	528	610	15,55	0,07	0,06

	Fev/10 a Jan/11 (a)	Fev/11 a Jan/12 (b)	Variaç ão % (b)/(a)	Part (%) Fev/10 a Jan/11	Part (%) Fev/11 a Jan/12
Tributos Arrecadados					
Outros	24.314	44.849	84,45	3,02	4,73
Contribuição Plano Seg. Soc. Servidores 1	10.204	22.703	122,5 0	1,27	2,39
Contribuições para o Fundaf	431	592	37,51	0,05	0,06
Outras Receitas Administradas	13.680	21.553	57,55	1,70	2,27
Receita Previdenciária	237.230	274.479	15,70	29,45	28,93
Própria	215.143	248.499	15,50	26,71	26,19
Demais	22.087	25.980	17,63	2,74	2,74
Total das Receitas Administradas pela RFB	805.573	948.768	17,78	100,00	100,00

BASES DE CÁLCULO

- **O legislador elegeu a remuneração como elemento nuclear na definição do elemento quantitativo do fato gerador das contribuições sociais previdenciárias (art. 22, I, II e III da Lei nº 8.212/91).**

- **A remuneração é instituto que deriva do Direito do Trabalho, com conotação específica. É adotada pelo Direito Previdenciário, observando as peculiaridades que são próprias deste ramo do Direito.**

BASES DE CÁLCULO

**Salário- de-
contribuição**

Remuneração

**Base de cálculo
da
contribuição do
Segurado
(com limites)**

**Base de cálculo
da
contribuição da
Empresa
(sem limites)**

❑ Remuneração:

- ✓ **Paga, devida ou creditada a qualquer título**, durante o mês;
- ✓ Destinada a **retribuir o trabalho**, qualquer que seja a sua forma:
 - Gorjetas;
 - Ganhos **habituais** sob a forma de **utilidades**;
 - Adiantamentos decorrentes de reajuste salarial.
- ✓ Pelos **serviços efetivamente prestados** ou;
- ✓ Pelo **tempo à disposição** do empregador ou tomador de serviços,
- ✓ Paga nos termos da lei ou do contrato ou, ainda, de convenção ou acordo coletivo de trabalho ou sentença normativa.

Inciso I do art. 22 da Lei 8.212/91

ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS

☐ Para o empregado e o avulso:


- ✓ Pagamento pelo trabalho e não para o trabalho;
- ✓ Integração ao patrimônio do trabalhador;
- ✓ Irrelevância do título.

Bases de Cálculo

PARCELAS NÃO INTEGRANTES

- ✓ **Indenizatória (dano)**
- ✓ **Ressarcitória (despesa)**
- ✓ **Instrumental (necessidade), ou**
- ✓ **Por expressa disposição legal.**

(Estão relacionadas no art. 28, § 9º da Lei nº 8.212/91 e no art. 214, § 9º do RPS)



Programa de Participação dos Empregados em Lucros ou Resultados

CONSTITUIÇÃO

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

.....

XI - participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei;

Lei nº 8.212, de 1991

Não integram o salário-de-contribuição para os fins desta Lei, exclusivamente:

(...)

j) a participação nos lucros ou resultados da empresa, quando paga ou creditada de acordo com lei específica;

Lei nº 10.101, de 2000



"(...)

PREVIDENCIÁRIO. CUSTEIO. NFLD. PARTICIPAÇÃO NOS
LUCROS
OU RESULTADOS. OBSERVÂNCIA DA LEGISLAÇÃO
REGULAMENTADORA.

A teor do art. 7º, XI, da Constituição, constitui direito dos trabalhadores urbanos e rurais a "participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei".

Devem ser tributadas parcelas distribuídas a título de participação nos lucros ou resultados ao arrepio da legislação federal.

(...)."

Acórdão 9202-00.503 , da 2ª Turma da Câmara Superior de Recursos Fiscais do CARF, Relator: conselheiro Elias Sampaio Freire, de 09/03/2010.

“(…)

A Constituição reconhece amplamente a validade das convenções e acordos coletivos de trabalho (art. 7º, XXVI) e a função da negociação coletiva é obter melhores condições de trabalho e cobrir os espaços que a lei deixa em branco.

(…).”

Acórdão 9202-00.503 , da 2ª Turma da Câmara Superior de Recursos Fiscais do CARF, Relator: conselheiro Elias Sampaio Freire, de 09/03/2010.

“(…)

O legislador ordinário, procurando não interferir nas relações entre a empresa e seus empregados e atento ao verdadeiro conteúdo do inciso XI do art. 7º da Constituição, limitou-se a prever que dos instrumentos decorrentes da negociação deverão constar regras claras e objetivas quanto à fixação dos direitos substantivos da participação e das regras adjetivas, inclusive mecanismos de aferição das informações pertinentes ao cumprimento do acordado, periodicidade da distribuição, período de vigência e prazos para revisão do acordo.

(…).”

Acórdão 9202-00.503 , da 2ª Turma da Câmara Superior de Recursos Fiscais do CARF, Relator: conselheiro Elias Sampaio Freire, de 09/03/2010.

“(…)

Os critérios para a fixação dos direitos de participação nos resultados da empresa devem ser fixados, soberanamente, pelas partes interessadas.

O termo usado - podendo - é próprio das normas facultativas, não das normas cogentes. A lei não determina que, entre tais critérios, se incluam os arrolados nos incisos I (índices de produtividade, qualidade ou lucratividade da empresa) e II (programas de metas, resultados e prazos, pactuados previamente) do § 1º do art. 2º da Lei nº 10.101/00, apenas o autoriza ou sugere.

(…).”

Acórdão 9202-00.503 , da 2ª Turma da Câmara Superior de Recursos Fiscais do CARF, Relator: conselheiro Elias Sampaio Freire, de 09/03/2010.

“(…)

Considerando as cláusulas do acordo coletivo firmado há de se concluir que foram atendidas as exigências de que dos instrumentos decorrentes da negociação entre empregador e empregados constem regras claras e objetivas quanto à fixação dos direitos substantivos da participação e das regras adjetivas, inclusive mecanismos de aferição das informações pertinentes ao cumprimento do acordado, periodicidade da distribuição, período de vigência e prazos para revisão do acordo.

(…).”

Acórdão 9202-00.503 , da 2ª Turma da Câmara Superior de Recursos Fiscais do CARF, Relator: conselheiro Elias Sampaio Freire, de 09/03/2010.

“(…)

O legislador não fez previsão de exigência no sentido de que as parcelas pagas a título de participação de lucros ou resultados fossem extensivas a todos os empregados da empresa para que houvesse a não incidência de contribuição previdenciária.

(…).”

Acórdão 9202-00.503 , da 2ª Turma da Câmara Superior de Recursos Fiscais do CARF, Relator: conselheiro Elias Sampaio Freire, de 09/03/2010.

“(…)

Para que não haja incidência de contribuições previdenciárias, a PLR paga a empregados deve resultar de negociação entre a empresa e seus empregados, por comissão escolhida pelas partes, integrada, também, por um representante indicado pelo sindicato da respectiva categoria; e/ou por convenção ou acordo coletivo.

(…).”

Acórdão 9202-00.503 , da 2ª Turma da Câmara Superior de Recursos Fiscais do CARF, Relator: conselheiro Elias Sampaio Freire, de 09/03/2010.

“(…)

O enquadramento sindical deve levar em consideração a base territorial do local da prestação dos serviços. Esta regra deve ser ressalvada quando se tomar necessária a observância dos princípios constitucionais que prescrevem a irredutibilidade de salários e do direito adquirido e, ainda, na hipótese de transferência temporária do empregado.

(…).”

Acórdão 9202-00.503 , da 2ª Turma da Câmara Superior de Recursos Fiscais do CARF, Relator: conselheiro Elias Sampaio Freire, de 09/03/2010.

"(...)

CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS PREVIDENCIÁRIO.
PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS OU RESULTADOS. OBSERVÂNCIA DA
LEGISLAÇÃO REGULAMENTADORA.

Para que não haja incidência de contribuições previdenciárias, a PLR paga a empregados deve resultar de negociação entre a empresa e seus empregados, por comissão escolhida pelas partes, integrada, também, por um representante indicado pelo sindicato da respectiva categoria; e/ou por convenção ou acordo coletivo.

O enquadramento sindical deve levar em consideração a base territorial do local da prestação dos serviços. Esta regra deve ser ressalvada quando se tornar necessária a observância dos princípios constitucionais que prescrevem a irredutibilidade de salários e do direito adquirido e, ainda, na hipótese de transferência temporária do empregado.

A extensão da PLR pactuada em acordo coletivo de trabalho para trabalhadores da empresa que prestam serviço em locais distintos daqueles da base territorial do sindicato, não é, por si só, fato que altere a natureza do pagamento efetuado. (...)."

Acórdão 9202-02.079 , da 2ª Turma da Câmara Superior de Recursos Fiscais do CARF, Relator: conselheiro Elias Sampaio Freire, de 22/03/2012.

Obrigado!